



A POLÍTICA NA GEOGRAFIA DE VIDAL DE LA BLACHE
POLICY IN VIDAL DE LA BLACHE'S GEOGRAPHY
LA POLÍTICA EN LA GEOGRAFÍA DE VIDAL DE LA BLACHE

Rui Ribeiro de Campos

Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF – Angra dos Reis. Avenida do Trabalhador, 179, Verolme, CEP: 23914-360.
Angra dos Reis, RJ. E-mail: ruicampos@id.uff.br

Resumo: O artigo procura demonstrar que Vidal de La Blache, embora advogasse a ideia de que a ciência deveria ser objetiva e neutra, alinhava-se ao capitalismo e ao Estado francês. Como defensor do fato de a França possuir colônias em outros continentes e também como partidário do imperialismo, La Blache fez política. Buscou, no entanto, despolitizar a Geografia ao tentar desvinculá-la de qualquer prática social transformadora. Este trabalho analisa aspectos de textos claramente políticos do autor, principalmente a respeito do colonialismo e de sua defesa do Estado francês.

Palavras chave: História do Pensamento Geográfico – Vidal de La Blache – Estado francês – Colonialismo

Abstract: The article shows that, while he advocated that science should be objective and neutral, Vidal de La Blache was linked to capitalism and the French State, an advocate of the fact that France have colonies on other continents and also supporter of imperialism. He made policy seeking to depoliticize Geography trying to unlink it from any transformative social practice. This paper examines aspects of clearly political texts from the author, mainly about colonialism and its defense of the French State.

Key words: History of Geographical Thought – Vidal de La Blache – French state – Colonialism

Resumen: El artículo muestra que, si bien abogó por que la ciencia debe ser objetiva y neutral, Vidal de La Blache estaba relacionado con el capitalismo y el Estado francés, defendía el fato de que Francia tenía colonias en otros continentes y era también partidario del imperialismo. Hizo política buscando despolitizar la Geografía tratando de apartarla de cualquier práctica social transformadora. Este artículo examina los aspectos de los textos claramente políticos del autor, sobre todo acerca del colonialismo y su defensa del Estado francés.

Palabras clave: Historia del Pensamiento Geográfico – Vidal de La Blache – Estado Francés – Colonialismo

Apresentação

O geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918), um dos responsáveis pela cidadania acadêmica da Geografia na França e o principal formulador da Escola Regional Francesa, de grande influência no Brasil, foi acusado de não considerar a política um elemento de sua proposta. Isso não corresponde aos fatos, pois qualquer

conceituação se assenta em vínculos filosóficos e, portanto, não há neutralidade em sua constituição.

Sua proposta limitava o conhecimento à observação direta e considerava como realidade o que podia ser constatado por um dos sentidos. Descrevia o homem abstrato e pouco dizia sobre o homem concreto, social, fato importante para culpar a todos por alguns problemas e para não ter de analisar a estrutura de classes sociais que existia. Talvez, por essa razão, a Geografia era, para ele, uma ciência da Terra e não uma ciência social. Ao mesmo tempo em que pregava que a ciência deveria ser objetiva e neutra, comprometia-se com o Estado francês, defendendo o direito de o mesmo possuir colônias na América, na África e na Ásia.

Vidal fez política tentando despolitizar a Geografia, procurando desvinculá-la de qualquer prática social. Por isso, “*A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; [...]*” (LA BLACHE, 1985, p. 47), uma maneira de valorizar mais o resultado do que a ação humana. Em um momento de destaque a respeito do discurso evolucionista, tentou elaborar uma espécie de “ecologia do homem”, com visões muito próximas das ciências biológicas, o que o aproximou do darwinismo social.

Uma das características de seu tempo foi que “*A ciência passaria a ser definida como a busca de leis universais da natureza que se mantivessem verdadeiras para além das barreiras de espaço e tempo.*” (WALLERSTEIN *et al.*, 1996, p. 15) E como uma das pretensões de Vidal era servir ao Estado francês, não se pode olvidar que o próprio aparelho estatal procurou dominar a ciência, colocando-a a seu serviço.

No século XIX, a obtenção do status de ciência acadêmica, pela Geografia, na França, atribuir-lhe-á importante papel na defesa dos interesses da potência colonial francesa. Aliás, não foi por acaso que, em 1892, criou-se a cadeira de “Geografia Colonial” (depois chamada de “*Géographie D’Outre Mer*” e, posteriormente, “Geografia Tropical”), mostrando a importância dessa “ciência” na assessoria e na justificativa da obra colonial francesa. Geógrafos franceses foram influenciados pela expansão colonial e também a influenciaram. Segundo Milton Santos (1926-2001), La Blache disse:

Devemos nos congratular porque **a tarefa da colonização que constitui a glória de nossa época**, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem. (SANTOS, 1978, p. 15; **negrito nosso**)

Existem reflexões de Vidal, notadamente em artigos, sobre a expansão e a manutenção do império colonial francês. O geógrafo Guilherme Ribeiro escreveu que “[...] *Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, [...]*” (RIBEIRO, 2009, p. 26) A finalidade de servir à potência colonizadora estava organizada.

Vidal acreditava na ciência, apoiava o imperialismo francês, procurou justificar o retorno de Alsácia e Lorena perdidas em 1870 e viu o papel das ferrovias e das grandes cidades quando visitou os EUA (1905). Por causa da anexação, pela Prússia, de territórios considerados franceses e para que aspectos estudados por Ratzel fossem objeto somente da História, Lucien Febvre (1878-1956), no livro “*La terre et l'évolution humaine*” (1922), foi o responsável pela cunhagem dos termos *determinismo* (que Ratzel não endossava) à Escola Alemã e *possibilismo* (termo que Vidal nunca utilizou) à Escola Regional Francesa. Isso porque, em suas críticas à Ratzel, Febvre pregava que a Geografia não falasse de Estado e sim, basicamente, de solo (“*O solo, não o Estado: eis o que deve preocupar o geógrafo*”). Vidal não estimulou esse debate; aliás, na maioria de seus escritos só há elogios ao alemão. O uso político dessa falsa rivalidade não foi culpa de Vidal. Paul Claval, em prefácio de livro sobre escritos do geógrafo francês, falou do

[...] profundo engajamento político de um homem que amava seu país, apoiava sua expansão colonial e queria contribuir para seu esplendor. [...] A Geografia humana que ele elabora se apoia nos mestres alemães aos quais ele rende homenagem – Carl Ritter, em particular –, desenvolvendo-se como ressonância daquela de Friedrich Ratzel lançara na Alemanha dez anos antes. (CLAVAL, in HAESBAERT; PEREIRA; RIBEIRO, 2012, p. 09-10)

O geógrafo Sérgio Nunes Pereira, que assim definiu a geografia política: “[...] *reflexão acadêmica sobre as ações estratégicas e de controle do território desenvolvidas por Estados em nível nacional, continental ou, quando europeus, com relação a domínios de ultramar.*” (PEREIRA, 2012, p. 338), afirmou ainda constatar duas perspectivas que se deveriam evitar na discussão sobre Vidal: uma que afasta o autor francês de formulações geográficas revestidas de conotação política; outra, como se houvesse uma reabilitação dele em razão da nova publicação de *La France de l'Est*. Acreditamos que La Blache sempre fez política, mesmo quando (e isso foi na maioria das vezes) parecia não estar fazendo.

Este artigo quer analisar aspectos políticos mais claros encontrados na obra de Vidal de La Blache, principalmente em artigos, a maioria deles publicada na

revista *Annales de Géographie*, fundada em 1891 (e existente até os dias atuais) por ele e por Marcel Dubois (1856-1916; o primeiro a ocupar, em 1892, a cadeira de Geografia Colonial na Sorbonne).

1. Vidal de La Blache e o Colonialismo

Em seu livro mais conhecido (“Princípios de Geografia Humana”), Vidal de La Blache não expõe fatos críticos, faltando-lhe clareza. No final da introdução, afirmando que a ação humana, armada com tudo o que a ciência pôs a seu serviço, disse: *“Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, à qual a nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou de restauração que estão no poder do homem.”* (LA BLACHE, 1954, p. 46)

No capítulo VI, da segunda parte, ao escrever sobre contatos pelo desenvolvimento do comércio marítimo, criticou países, como a China, que desdenhavam produtos estrangeiros; e estes produtos eram europeus. Como defensor do imperialismo, colocava esses gestos como negativos, embora nada citasse sobre o ópio vendido aos chineses pelos ingleses. Contudo, deixou claro seu elogio aos dominadores europeus quando, neste mesmo trecho, referiu-se à Índia:

Ao contacto dos seus dominadores britânicos, a Índia evoluiu sem dúvida. Mas em que sentido? Tudo quanto os Ingleses, supondo isso vantajoso, tentaram para modificar a constituição social do país, para criar, por exemplo em Bengala, uma aristocracia de grandes propriedades agrícolas, favorecendo os *zemindari* em detrimento dos *ryotts* (1793), fracassou ou deu mau resultado; pelo contrário, tiveram bom êxito apoiando-se nos organismos tradicionais, desenvolvendo o regime municipal e respeitando as soberanias indígenas. (LA BLACHE, 1954, p. 284)

Não obstante, as castas não se modificaram; e tudo o que foi feito “culturalmente” pelos ingleses não conseguiu deslocar o “eixo de pensamento”. Segundo o texto acima, os britânicos ali estavam somente para fazer o bem. O que ele chamava de xenofobia do Japão, da China ou da Índia significava, na verdade, a dificuldade em implantar uma nova cultura (ou seja: o colonialismo), no caso, a europeia, naquelas áreas.

Vidal era favorável a qualquer modificação que conseguisse encurtar a distância tempo, fosse um canal, uma rede ferroviária ou o próprio vapor. Elogiou a grande expansão ferroviária (ligando o leste ao oeste) nos EUA, sem dizer, entretanto, que esse empreendimento ocupou terras que antes eram dos nativos (não se referindo

ao extermínio dos mesmos) ou mexicanas. Somente destacou que era uma prodigiosa artéria para o comércio.

Assim se manifestava já a íntima relação entre o caminho de ferro e a colonização. A marcha de um regulou-se pela da outra; um pacto fora firmado entre essas duas forças do mundo moderno. Se houvesse um profeta capaz de prever os milhões de imigrantes que a Europa devia lançar na América, ele teria podido simultaneamente prever os milhares de quilômetros que seriam acrescentados a estes rudimentos de redes ferroviárias. (LA BLACHE, 1954, p. 325)

A Europa, conforme escreveu Vidal, simplesmente lançava imigrantes em outras terras. Nada comentando sobre a razão de eles partirem; nada sobre o seu papel de “atacadores dos nativos”, para assegurar que o capital chegasse mais tranquilo. Coisa alguma a respeito de consequências negativas advindas das ações de uma metrópole, construindo meios de transporte para o escoamento de produtos subtraídos em outras áreas; nenhuma palavra a respeito da direção dessas ferrovias (que, normalmente, ligavam as regiões com riquezas aos portos).

No final do capítulo III (Os caminhos de ferro), da terceira parte, Vidal fez o que normalmente fazia: declarava algo que, se fosse favorável à Europa, nada tinha de errado. Por exemplo, descreveu que, pelo canal de Suez, passavam o algodão da Índia Ocidental, o trigo de Punjab, o arroz da Indochina, o chá da China, como se não fossem produtos levados para a Europa e pelos europeus.

O quinhão preponderante da Índia no comércio do canal de Suez deve-se ao avanço que lhe dá a sua rede de caminhos de ferro, começada em 1856. É seguramente um fenômeno curioso e à primeira vista paradoxal ver uma região tão sobrecarregada de população tornar-se abastecedora de outrem. (LA BLACHE, 1954, p. 343)

Sequer citou (também em outros trechos do livro) que a Índia era uma colônia britânica, que as ferrovias somente interligavam áreas produtoras e portos, que a pobreza e a fome tinham aumentado. Aliás, com a dominação inglesa, o fenômeno da fome se ampliou na região e se tornou epidêmico. E uma das principais razões foi o fato de se plantar para os ingleses e não mais para a subsistência dos indianos, de estes utilizarem tecidos confeccionados na Grã Bretanha e, assim, desarticularem sua indústria têxtil. Vidal terminou essa parte com um parágrafo significativo quanto ao seu modo de analisar:

É certo que estas regiões estão sob o domínio europeu; mas a China, que mal entra no período de experiências, traz uma civilização autônoma, quase intacta, com uma soma de usos, interesses,

preconceitos, cuja adaptação a um sistema vindo do estrangeiro não se realizará sem resistência. Todavia, a causa dos caminhos de ferro também lá triunfou, e pode esperar-se deles um contato mais íntimo entre os dois mais consideráveis focos de população do mundo. (LA BLACHE, 1954, p. 344)

Afirmar, no início do século XX, que a China estava ingressando “no período de experiências” (certamente a de ser dominada), com uma civilização “quase intacta” – depois das Guerras do Ópio no meio do século XIX – era incorreto. No entanto, era uma forma de tirar a culpa dos europeus. A “causa” das ferrovias lá também triunfara, escreveu ele; mas, qual é essa causa? Certamente a de facilitar a entrada de produtos europeus e a saída de produtos chineses. Pois, como ele mesmo disse, “*É fora da Europa que o Ocidente europeu encontrou sua expansão.*” (Idem, 2012f, p. 457)

Agia do mesmo modo quando se referia a alguma colônia situada na Europa. Por exemplo: nas conclusões da Primeira Parte, escreveu sobre a Irlanda: “*Pelo contrário, bastou uma sucessão de más colheitas, flagelo a enxertar-se num nocivo regime de propriedade, para que a Irlanda perdesse, em vinte anos, cerca de metade de sua população.*” (Idem, 1954, p. 149-150) Ao menos ele fez uma referência ao “nocivo regime de propriedade”, mas omitiu muitos fatos importantes para se entender a situação da Irlanda e não culpar somente as “más colheitas”. Por que não disse que a Irlanda era uma colônia britânica? Que os donos de grandes propriedades, onde as terras eram férteis, eram ingleses absenteístas? Ora, o domínio britânico se estendeu por 750 anos e se caracterizou pelas mais diversas humilhações; o objetivo era explorar ao máximo sem conceder nenhum direito aos irlandeses. O fato citado, mas não explicado, da perda da população, aconteceu porque, em meados do século XIX, muitos camponeses irlandeses emigraram em massa para os EUA, pois não conseguiam viver de suas terras ou delas haviam sido expulsos pelos proprietários ingleses absenteístas ou por causa da fome (a batata, o único alimento popular, esteve atacada por pragas por três anos seguidos e o governo da Grã Bretanha nada fez para diminuir os males). Entre 1846 e 1851, morreram de inanição um milhão e meio de irlandeses e um milhão teve que deixar o país. Como, para os proprietários ingleses, era mais lucrativo criar gado para exportar do que cultivar alimentos, terras para plantar batatas eram raras e difíceis de arrendar. Desse modo, Vidal tratava certas realidades, ocultando fatos importantes.

Ao tratar o tema da nacionalidade irlandesa, em “Estados e Nações da Europa em torno da França” (1889), afirmou que esforços ocorreram para “preservar e cultivar” a língua céltica, mas que essas tentativas possuíam um “caráter científico e

não político”. A diferença de religião constituía uma barreira mais forte do que a língua. “A ideia de sofrer a influência da maioria católica estimula certamente mais de um preconceito entre a minoria presbiteriana do norte da ilha. Não é menos verdade que os protestantes forneceram à causa irlandesa alguns de seus mais ardentes defensores.” (LA BLACHE, 2012d, p. 374) Ora, o problema não era esse. Não era pelo fato de ser protestante ou católico; acontecia que os irlandeses eram católicos, sua ilha foi ocupada pela Grã Bretanha, suas terras mais férteis foram tomadas por ingleses (portanto, anglicanos) e, na parte norte de sua ilha, viram o estabelecimento de escoceses (protestantes). Portanto, não se tratava de uma questão religiosa; eram irlandeses contra os dominadores ingleses e escoceses. Mas nada disso foi citado nesse trecho (e nem em outro) sobre a Irlanda: o domínio (absoluto) inglês, a expulsão dos irlandeses das terras mais férteis, a fome que matou milhões e forçou a emigração. E, cabe observar que, desde sua institucionalização, a geografia francesa esteve vinculada ao movimento colonial, “[...] fato que a impulsionou para uma reflexão sobre os domínios estabelecidos no ultramar e, por extensão, a especular acerca do papel a ser desempenhado pela França no cenário internacional.” (PEREIRA, 2012, p. 340)

Sobre a Argélia, uma antiga colônia francesa, da qual tratou no artigo “A Zona fronteiriça entre a Argélia e Marrocos conforme novos documentos” (1897), referiu-se à sua fronteira oranesa (Orã é, atualmente, uma província da Argélia) como um ponto débil da colônia. Afirmou claramente que a fome em Marrocos fazia com que alguns frequentassem “nossos mercados”, “nossas fronteiras ocidentais argelinas” etc. Nesse artigo há bastante informação sobre a Argélia, mas nada explicitado sobre o domínio francês, a intervenção, as riquezas retiradas. Somente na questão do sul da região, na qual a força das coisas “nos engajou irrevogavelmente” ou que “[...] essa região não teve as honras de uma exploração europeia.” (LA BLACHE, 2012a, p. 395) E, no mesmo artigo, disse o seguinte:

Remontando às suas origens, vemos a que ponto esse desenvolvimento é o resultado de necessidades inelutáveis nascidas do contato entre um Estado civilizado e uma sociedade semibárbara. [...] Quaisquer que tenham sido as hesitações de nossa política após esse período, tudo indica que, na engrenagem que nos conduz, não saberíamos nos furtar por muito tempo à necessidade de fazer valer a autoridade no Tuat¹. (LA BLACHE, 2012a, p. 394)

¹ **Tuat** ou **Tuwat** ou **Touat** é o nome de uma região desértica no centro da Argélia, possuidora de pequenos oásis e, por isso, no passado, importante para as caravanas que atravessavam o Saara.

Ou seja, o contato entre a França (um Estado civilizado) e a Argélia (uma sociedade semibárbara) concretizou-se por uma dominação caracterizada por tudo o que isso implica: conflitos bélicos, espoliação de riquezas, criação de mercados, fome etc. E, para ele, “*necessidade de valer a autoridade*” era restabelecer o que chamava de ordem – mas que não era ordem –, para garantir a continuidade da exploração. As informações de aspectos físicos dadas por ele eram ferramentas importantes para a exploração francesa.

No final do artigo, lamentava um tratado assinado, em 1845, com o Marrocos, pois havia deixado de assegurar, aos franceses, a “fronteira histórica”, consequência de uma “má delimitação”, de “nossa inação sistemática”, da ausência de “nossa” política para um determinado vale que preparava “para nós” uma situação que ia se agravando etc. Havia ainda um tráfico rival dentro da Argélia e “*Uma das provas típicas e infalíveis de seus progressos nos é fornecida pela importância crescente da população israelita nessa zona fronteiriça.*” (Ibidem, p. 399) Abordava, assim, as consequências não “menos incômodas” do ponto de vista comercial, do movimento de caravanas que partiam de Melila (pertencente à Espanha), com armas e produtos europeus, ao longo das “nossas” (ou seja: argelinas) fronteiras. E pareceu possuir uma visão preconceituosa em relação ao povo judeu.

Ainda escreveu que sabia, no outro flanco de “nosso estabelecimento do norte da África”, da “[...] *hostilidade – ainda mais comercial do que política – com as quais se defrontam todas as empresas destinadas a favorecer o brilho natural de nossas possessões.*” (Ibidem, p. 395) É, parecia que as possessões francesas possuíam um “brilho natural”.

No comentário realizado em 1911, sobre um livro a respeito do Saara (GAUTIER, Émile-Félix. *La conquête du Sahara. Essai de psychologie politique*. Paris : Librairie Armand Colin, 1910), Vidal lamentou um incidente que rompeu com a conquista de áreas africanas pela França. Foi uma expedição comandada pelo coronel Flatters, que partiu do norte da Argélia, em 1880, e foi massacrada, no início de 1881, na altura do Trópico de Câncer. “*A infeliz aventura de Flatters havia impresso um atraso de vinte anos à nossa marcha na África, atraso este que, talvez, seja irreparável.*” (LA BLACHE, 2012b, p. 448) Na sequência, afirmou que um único combate (em 1902) tinha sido suficiente para derrotar os tuaregues Hoggar, que os franceses precisavam avançar para uma região que havia se tornado o ponto final de uma ferrovia francesa, que os progressos obtidos forneceram “*os meios de se aplicar, à vigilância e à organização desse novo domínio*”, o que facilitou a penetração. Elogiou

a fórmula utilizada por um comandante militar (*“Manifestar a força para evitar seu emprego”*), a mescla de diplomacia e força. E sobre a mudança no estado de espírito das populações, colocou o seguinte:

Aqui, há um problema de psicologia política – e somente a geografia pode fornecer-lhe a chave. É na natureza saariana que se encontra a explicação das relações de solidariedade que, sem excluir a anarquia, mantêm, contudo, a coexistência de nômades e sedentários. (LA BLACHE, 2012b, p. 449)

Seguiu dizendo que nas sociedades saarianas se produziu o mesmo efeito de adaptação observado nas plantas. E a Geografia forneceria a chave para solucionar um problema de psicologia política; realmente, essa “ciência” era útil ao Estado francês. E o que ele quis dizer com a expressão “sem excluir a anarquia”, já que esta era muito discutida na Europa em seu tempo? E desse modo fez referências a grupos que viviam em certos locais do Saara: *“Em termos físicos, essas pessoas parecem degeneradas; em termos morais, são incapazes de tirar de si próprios uma autoridade viável.”* (Ibidem, p. 450)

Referiu-se ainda sobre o contato que o civilizado (o francês) tinha com esses grupos arcaicos e primitivos. A respeito da organização da polícia no deserto, redigiu que seu sucesso se deveu ao seguinte: *“Tal sistema é fundado no princípio de que somente se atinge o inimigo empregando seus próprios meios de ataque.”* (Ibidem, p. 452) Próximo ao fim de seus comentários, afirmou que o livro introduzia os leitores na complexidade do mundo saariano, que esse deserto oferecia inúmeros problemas ao geógrafo e ao psicólogo, e que

O prazer de substituir noções fragmentadas por um conhecimento de conjunto, no qual o passado tende a se encadear ao presente e se esclarecem as relações dos gêneros de vida, não é um ganho intelectual menor. Contudo, a política não pode se contentar com esse benefício e, desse modo, impõe-se uma vez mais a questão colocada a cada passo de nossa conquista africana: qual será o valor desse domínio? (LA BLACHE, 2012b, p. 452)

Ele estava tratando das riquezas que poderiam ser apropriadas pela França. Disse que a substituição das trocas em espécie pelas moedas, a abertura de poços artesianos, e outras atividades, encontravam um limite na “fatalidade das condições climáticas”. Mas não deixou de anotar: *“Permanece, é verdade, a riqueza mineral, sobre a qual podemos depositar alguma esperança.”* (Ibidem, p. 453) E, logo depois, utilizou o termo *“loteria da colonização”* que, por vezes, reservava felizes surpresas. Anotara o fato de o deserto ser uma ponte entre duas partes do império

francês na África e se referiu a regiões, entre a parte subsaariana e o norte, como “*oficina de produtos que a exploração europeia só agora começa a explorar*”. E terminou seus comentários com a seguinte frase:

Contudo, esperando que a “bagagem do Brasil” atravessasse o Saara, podemos (desde já, em graus diversos) prestar homenagem aos oficiais e aos intelectuais colaboradores de uma obra que permanecerá um dos principais fatos geográficos da primeira década do novo século. (LA BLACHE, 2012b, p. 454)

Uma homenagem à colonização francesa, obra “*que desperta um interesse tão legítimo*”, uma homenagem à Geografia pelo seu papel prestado nessa empreitada altamente lucrativa. No entanto, não conseguimos descobrir o significado da expressão “bagagem do Brasil”.

2. Análise vidaliana de países da Europa

Comentando sobre língua e nacionalidade no livro “Estados e Nações da Europa em torno da França” (1889), Vidal afirmou que os poloneses e os tchecos permaneciam fiéis às suas línguas nacionais como forma de defesa. “*A língua é uma parte do patrimônio nacional. Por vezes é tudo que dele permanece.*” (LA BLACHE, 2012d, p. 363) Entretanto, para ele, nacionalidade exprimia outra coisa, mais do que a língua.

Uma nação é um ser moral. A natureza e as combinações da política preparam, a história cimenta essas associações que denominamos nações ou povos, [...]. [...] O exemplo da Alsácia, tão francesa com seu *patois*² alemão, mostra que há simpatias que valem mais que as afinidades de língua, e que, a despeito das classificações as mais bem fundadas na gramática, formam-se laços que não se podem romper sem que se atinja o mais profundo da alma. (LA BLACHE, 2012d, p. 363-364)

Estava claro, para Vidal, que a Alsácia era francesa. Citou também o exemplo da Suíça, formada por religiões e nacionalidades diferentes, na qual as pessoas se consideravam suíças. “*A originalidade das instituições é o laço que une essas raças e confissões diferentes. Por um privilégio bastante raro na Europa, a Suíça conseguiu desenvolver sua vida nacional sem ferir a liberdade de seus membros.*” (Ibidem, p. 364-365) Ela sim, segundo Vidal, por ser um Estado criado acima das religiões e das raças, que se utilizava da consulta direta sobre questões

² *Patois* significa um falar restrito a certos signos, utilizado em uma área reduzida e em uma comunidade, geralmente rural.

que interessavam ao conjunto, mereceria ser observada como uma “*alta expressão da civilização europeia*”.

No mesmo livro, dissertou sobre a Holanda, formada, no início, por três grupos (frísios, francos e saxões); aliados à necessidade de luta para a proteção do solo, e ao fato de serem isolados por uma linha de charneca e pântanos, foram fundamentais para a existência do povo holandês. Existia uma língua e uma literatura bávaras. Livre a partir do final do século XVI, Nederland foi uma potência (marítima, comercial e colonial) que acabou, conforme Vidal, perdendo o hábito do esforço.

Ela não mostrou na concorrência econômica contemporânea a verve empresarial que a distinguira no passado. [...] Suas próprias colônias, tão florescentes, viram suas rendas declinarem; e ela mantém há anos em Sumatra uma luta árdua sem resultados decisivos. Ela possui, entretanto, um império colonial que, ainda que mutilado, somente é inferior ao da Grã-Bretanha. (LA BLACHE, 2012d, p. 367)

Como se pode notar, uma defesa clara das potências europeias, da necessidade da concorrência, do império colonial, deixando nítido que não se tratava somente da França. Era contrário, ao que parecia, somente à formação de grande impérios que anexassem territórios europeus, mas não fora do continente, desde que fossem da Europa.

A respeito de povos que habitavam a Espanha, afirmou que os habitantes da Galícia (os galegos): “*De bom grado emigrantes, que se dirigem sobretudo para o Brasil.*” (Ibidem, p. 382) E que muitos se vangloriavam do sangue cristão que possuíam, como se existisse sangue cristão, judeu, muçulmano, ateu. “*Se o castelhano de velhas raízes se vangloria, com certa razão, da pureza de seu sangue cristão, [...].*” (Ibidem) Entende-se o que quis dizer, mas isso soava mal. Na análise da Espanha, depois de caracterizar as diferentes regiões, de dizer que “*o regionalismo ainda está incrustado na alma das populações*”, de que estas estavam mais separadas do resto da Europa do que entre si, afirmou que existia um fundo comum.

O traço mais distintivo para o estrangeiro é a fidelidade obstinada que o espanhol professa por seus próprios costumes. Ele não ensina nada e nada quer aprender fora. Orgulhoso de si mesmo, [...]. É um grande senhor empobrecido que mantém suas pretensões e permanece fixado em sua postura. (LA BLACHE, 2012d, p. 383)

Outro grupo semelhante era formado pelo elemento português. Segundo Vidal, o que melhor representava a grandeza desse povo era a extensão de sua língua, que reinava sobre o imenso Brasil; a emigração lusitana para este país era considerável, muitos deles voltavam enriquecidos e que, no mundo, a língua e os

costumes de portugueses e espanhóis tinham um “amplo espaço”. “*A história, é verdade, cortou o laço político entre a metrópole e sua [sic] antigas dependências.*” (Ibidem, p. 385) Na época, Portugal (e a Espanha) ainda possuía domínios significativos, notadamente na África. E é interessante o modo de dizer de Vidal: “a história que cortou os laços”, pois, conforme seu posicionamento político, ele não diria sobre lutas sangrentas que tivessem acontecido para a libertação de colônias. Comentou também sobre emigrantes dos países ibéricos para a América do Sul, mas nada sobre as razões que provocaram esse deslocamento; somente que os países ibéricos teriam a vantagem de deixar suas marcas nos povos que se formavam nas áreas temperadas sul-americanas.

Na sequência, tratou sobre a Itália. “*Ainda não existia uma nação italiana, mas já existia, e há séculos, uma literatura e uma arte italianas.*” (Ibidem, p. 386) Achava que, com a unidade conseguida, em 1870, ela possuía “[...] *um ardor inquieto, para constituir o novo reino sobre a base de uma grande potência.*” (Ibidem, p. 387) Entretanto, somente escrevia sobre a possibilidade de algum Estado se tornar uma grande potência quando se referia a certos Estados europeus. E ele defendia as potências. Afirmou ainda que “*A extensão de suas fronteiras continentais lhe impunha o encargo de uma grande organização militar. [...]*” (Ibidem, p. 387) A Itália possuía fronteiras com diversos países, mas não se podia afirmar que eram grandes, mesmo comparando com outros países europeus. Claramente ele defendia a existência de uma grande força militar. E, entre as “condições geográficas” que obstaculizavam a Itália tirar partido de suas forças militares, estavam a insuficiência de seus recursos em cavalos e a própria configuração da península. Dois tipos de “condições geográficas”, uma delas esquisita: configuração e falta de cavalos.

Ainda mais: que a Itália não possuía rapidez de mobilização, que essa insuficiência deveria ser suprida por um sistema organizado de comunicações marítimas. “*Ela precisa ser forte no mar para garantir o manejo de seus recursos militares.*” (Ibidem, p. 388) De qualquer modo, ficava patente a defesa que Vidal fazia da existência de uma força militar e que ele estava mesmo a serviço do Estado; mais do francês, porém com defesas significativas para o poder de alguns Estados europeus.

Vidal não desvalorizava os aspectos físicos na explicação de um Estado ou nação, mas realçava bastante o aspecto histórico. Nesse livro, (*Etats e nations de l'Europe autour de la France*), segundo o geógrafo Sérgio Nunes Pereira, ficou patente a distinção que fazia de povos ou raça e nação ou nacionalidade.

Povos, portanto, seriam o resultado de uma de uma sobreposição ou mistura de raças, transcorrida ao longo dos séculos. Já nação e nacionalidade aparecem vinculadas a processos de afirmação identitária, sustentados por argumentos linguísticos, religiosos ou, então, por vicissitudes históricas. (PEREIRA, 2012, p. 344)

Ou seja, nação não possuía um significado étnico e poderia ser derivada de diversas razões ou da mistura delas; inclusive, não poderia possuir várias línguas ou religiões. Isso podia também ser derivado da própria realidade da França, com um povo com diversas origens (romana, celta, germânica) funcionando como uma entidade política.

Em seu último livro publicado (1917) quando ainda era vivo – *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* –, durante a Primeira Grande Guerra, no capítulo XVIII (Sobre o Princípio de Agrupamento na Europa Ocidental), Vidal colocou algo que sucederá, em parte, no continente europeu (criação de associações entre países) ou no mundo (a Liga das Nações e a ONU), após a sua morte (1918):

Aliás, como ainda estamos longe de aceder a um grau ideal de civilização no qual antagonismos mais ou menos irredutíveis cessarão de vir à tona, é preciso simultaneamente organizar-se para combinar os interesses que são conciliáveis e se opor aos projetos adversos. É dessa forma que agrupamentos são formados, não sob o império de necessidades efêmeras, mas como uma assistência mútua contraída visando o futuro. A noção de grupos tende a substituir à noção de Estado na condução dos assuntos mundiais. (LA BLACHE, 2012f, p. 456)

Nesse mesmo capítulo, apesar das diferenças étnicas, históricas, culturais, linguísticas, das personalidades nacionais conscientes e ciosas de suas autonomias, dos pequenos e dos grandes Estados, todos se ajustariam para assegurar um conjunto na Europa Ocidental. Por uma longa série de relações, a história evoluía em direção a uma civilização comum (Ibidem, p. 457).

Pouco a pouco, as comunidades de visão sobre o ideal societário e as noções de liberdade e justiça mostraram-se mais fortes do que diferenças idiomáticas, do que razões místicas extraídas de pretensas superioridades raciais ou mesmo que os ressentimentos de lutas passadas. (LA BLACHE, 2012f, p. 457-458)

Certamente “liberdade e justiça” eram para países europeus e não para as suas colônias. Citou, como exemplo, o Canadá, onde descendentes de ingleses e franceses agora viviam em paz. Entretanto, já dizia sobre as “pretensas superioridades raciais”, que foram reavivadas posteriormente na Alemanha graças, inclusive, à ação francesa nos “acordos” após o conflito (1914-18). Além disso, afirmou que

Sob várias formas, desde o século XVI, a Rússia não parou de procurar abrir seus horizontes ao organizar comunicações livres com a Europa Ocidental. E, seja por si própria ou por seus aliados, a Alemanha sempre tratou de se opor a esse projeto. (LA BLACHE, 2012f, p. 460)

E escreveu sobre a Rússia, afirmando que a falta de multiplicidade de produtos e de um mercado interno mais forte dificultavam a atração estrangeira. Contudo, mudanças profundas estavam acontecendo no país, existia uma rede de ferrovias com a Ásia, era “*um dos principais reservatórios de recursos para o futuro*”, a indústria estava se diversificando, a agricultura se adaptando aos mercados externos, tudo isso assegurando “*um emprego frutífero aos capitais e inteligências exteriores*”. Mal sabia ele que alterações significativas iriam ocorrer, ainda em 1917, no Império Russo.

Entretanto, segundo Vidal, “*Os acontecimentos atuais revelam que a Alemanha desligou-se sistematicamente desse conjunto. [...] Ela não separa a ideia de grandeza daquela de expansão.*” (Ibidem, p. 459) A diferença com a França, no período, era que esta não procurava mais (pois, com Napoleão, tivera essa pretensão) se expandir no território europeu; mas possuía a necessidade de garantir suas colônias em outras terras para manter a ideia de potência. Aliás, parecia isso mesmo que ele estava afirmando, no mesmo artigo, ao escrever:

A guerra deu início à refutação; as obras de paz devem terminá-la. A partir de então, grandes tarefas se apresentarão. A França terá de prestar contas perante o mundo pelos recursos naturais que já possui e por aqueles que têm a legítima ambição de adquirir. Seria injustiça supor que ela possa falhar nessa tarefa. (LA BLACHE, 2012f, p. 460)

Nesse livro, suas ideias ainda eram semelhantes às práticas estratégicas, empresariais e diplomáticas da França; não deixou de ser um defensor do Estado francês. Além disso, presentes seu antigermanismo, a defesa de um agrupamento europeu que tivesse a França como líder e a possibilidade de trocas comerciais com a Rússia, fato dificultado no mesmo ano (1917) com a Revolução Russa. Como, nesse livro, assumiu a defesa de uma estratégia para ser utilizada pelo seu país natal, fez, de fato, uma geopolítica e não uma geografia política.

3. Análise lablacheana de regiões fora do continente europeu

Em 01/12/1900, a arbitragem, feita pelo Conselho Federal Suíço, resolveu a questão fronteiriça entre Brasil e França a favor do primeiro (a fronteira seguiria o curso do rio Oiapoque e não do Araguari). Isso resultou em um pequeno comentário de Vidal (“O Contestado Franco-Brasileiro”, de 1901), no qual criticou um artigo (8º) do Tratado de Utrecht³, que havia sido redigido “[...] *com uma ligeireza que fornece uma ideia medíocre da atenção que os diplomatas franceses de 1713 dispensaram a essa parte de suas tarefas.*” (LA BLACHE, 2012e, p. 422) Entretanto, afirmou que

É de real interesse para a França, em sua qualidade de potência estabelecida na América do Sul, dissipar as nuvens que poderiam se opor a um entendimento cordial com o Brasil. O processo, é verdade, se resolve em nosso detrimento. Porém, [...], não deixamos de alegar que, uma vez o eixo de nossa potência colonial estando localizado hoje em dia na África e no Sudeste da Ásia, a questão não poderia ter, para nós, a mesma importância que tem para o Brasil. (LA BLACHE, 2012e, p. 422)

E disse que não foi de todo negligenciável para a França, pois sua ação havia sido útil pelo reconhecimento da área feito por empresas, pelos mapas realizados. Então, pelo visto, não lamentou tanto a perda de parte da Guiana Francesa. De qualquer modo, esse texto é um exemplo de como ele era, em diversos assuntos, uma espécie de assessor técnico e político da diplomacia francesa.

Outro breve artigo (“A Missão Militar Francesa no Peru”, de 1906) traz um comentário sobre o relato do chefe da missão militar francesa sobre a ida ao Peru, no primeiro semestre de 1902. Foram dois oficiais da Missão Francesa, sob os auspícios do governo peruano e da Sociedade de Geografia de Lima, demonstrando uma das finalidades desse tipo de sociedade. Foi realizado um reconhecimento do Peru, desde o litoral até o início da rede navegável do Amazonas. E, conforme o relatório, o chefe francês desejava realizar outra coisa: “[...] *a organização de um serviço geográfico do exército peruano.*” (Idem, 2012g, p. 426) Para Vidal, a questão das comunicações estava diretamente ligada às questões militares.

Traçou características do trecho peruano percorrido, escreveu sobre o paludismo (“*que exaspera toda tentativa de desmatamento*”), sobre a barreira que a floresta tropical opunha à empreitada humana e que, “*De fato, a população de Montana se reduz a alguns grupos de índios preguiçosos e miseráveis, e é discutível*

³ Foram diversos os tratados firmados na cidade de **Utrecht** (Países Baixos). Referente ao Brasil, tivemos dois. O primeiro, entre Portugal (D. João V) e França (Luís XIV), em 1713, que estabeleceu os limites com a Guiana Francesa, tendo como base o rio Oiapoque. O segundo, de 1715, foi firmado entre Portugal e Espanha, no qual a Colônia de Sacramento foi devolvida, pela segunda vez, a Portugal.

que uma colonização europeia consiga estabelecer-se por ali.” (Ibidem, p. 429) Montana era o nome de uma região fisiográfica do Peru. Conforme La Blache, constava no Relatório o caso de uma colônia alemã, estabelecida em 1885, a 770 m. de altitude, na qual tinha sido um milagre os habitantes terem conseguido se manter; e que a missão pôde constatar entre os integrantes “*traços manifestos de degenerescência física*”. Realmente, se foram para uma nova região com os mesmos hábitos de origem, era possível que isso pudesse ter acontecido; não por culpa do meio, mas pelo uso das mesmas técnicas em meios diferentes. Explicitava-se, assim, o preconceito de Vidal em relação a certas áreas e a determinados grupos humanos.

E, no mesmo artigo, perguntou: “*Na ausência de estabelecimentos europeus, uma rota verdadeiramente comercial e estratégica é possível?*” (Ibidem, p. 429) Ele queria dizer que, se houvesse europeus, seria mais fácil? No entanto, seu interesse era pelas origens da mais vasta rede navegável do mundo: a Amazônica. Com uma ligação férrea da capital (Lima) até Iquitos (junto ao rio Solimões) e dali por via fluvial até o Atlântico.

Em comentários sobre a tese de doutoramento de Albert Métin (uma situação um pouco rara: ele comentando um livro que falava da colonização britânica), publicada em livro (*La mise en valeur de la Colombie britannique*), redigiu que seu “[...] defeito consistiria, antes, na fragmentação das indicações e na ausência de vias teóricas – o que não deixa de dificultar a tarefa do geógrafo, cujo dever é interpretar e extrair as leis e as causas.” (LA BLACHE, 2012h, p. 432) A ausência de vias teóricas claras também pode ser imputada ao próprio Vidal. Uma das críticas que ele fazia era aos aspectos geológicos, como se procurar e discutir as origens das formações geológicas fosse tarefa para um geógrafo, embora fosse segundo a concepção de La Blache.

Realçou o estudo das trilhas de antigas tribos da região canadense, pois elas guiaram engenheiros em busca de traçados de vias férreas e as adaptações às novas condições “*já estavam elevadas a certo grau de civilização*”. E elogiou o responsável pela elaboração do trabalho: “*O autor mostra, magistralmente, o caráter comercial adquirido pela exploração dos recursos metalúrgicos da Colúmbia Britânica.*” (Ibidem, p. 433) Essa era uma das finalidades da Geografia: mostrar o que tinha para ser explorado e quais os caminhos para se chegar às minas. Disse ainda que, após a conclusão da *Canadian Pacific*, em 1885, a região cresceu, ligou-se ao mercado mundial, graças a um “*punhado de homens, capitalistas e especuladores*” (colocou isso como positivo), que provocaram na região um fenômeno estadunidense por

excelência. “A Colúmbia Britânica beneficia-se da dominação inglesa e vive do americanismo.” (Ibidem, p. 435)

La Blache participou, em 1909, em Londres, da conferência internacional (21 representantes da Alemanha, Austrália, Áustria-Hungria, Canadá, Espanha, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália e Rússia) para a confecção do mapa-múndi em escala milionésima. No artigo “A Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo”, publicado em 1910, defendia a participação da França no projeto para não abandonar os documentos que viajantes e oficiais franceses tinham reunido sobre áreas da África e da Indochina, para que a transcrição respeitasse “a marca de cada metrópole sobre as colônias”, para não deixar que estrangeiros elaborassem. “*Mesmo sendo sobretudo físico, tudo leva a crer que o mapa em questão será invocado nas negociações diplomáticas, nas quais pode ocorrer que um dado lineamento hidrográfico ou orográfico sirva de base para importantes decisões.*” (Idem, 2012i, p. 444)

Considerações Finais

Vidal de La Blache foi fundamental na institucionalização da Geografia francesa nas universidades, em uma época importante para a consolidação do império colonial de seu país. Elaborou uma Geografia ligada ao Estado, às classes conservadoras e que procurou justificar o colonialismo; daí não ser crítica do capital. O brasileiro Armen Mamigonian, em 2003, elaborou uma conclusão com a qual também concordamos: “*Toda a obra de La Blache está imbuída de uma visão política a serviço do colonialismo francês.*” (PEREIRA, 2012, p. 341) Vidal criou uma corrente que se tornou predominante e de grande influência no Brasil, tanto nas universidades quanto no livro didático. Sua escola possibilista acabou por estimular a fragmentação da realidade, o isolamento da Geografia entre as ciências e o desestímulo à procura de causas na apreensão do todo. Gerou uma indefinição da Geografia ao reforçar a ideia de ciência síntese, aglutinadora dos resultados de outras ciências. Permaneceu na aparência, *naturalizou* o mapa e colaborou para que muitos considerassem a Geografia como sinônimo de estudo de mapas e descrição dos lugares.

Ao definir as fronteiras internas europeias como divisoras de “*domínios de civilização*”, como várias comunidades abrangidas por gêneros de vida semelhantes, frutos de séculos de história e que por isso deveriam ser respeitadas, estava atacando o expansionismo alemão na Europa e criticando a anexação da Alsácia e parte de Lorena. Entretanto, ao colocar o contato entre diferentes gêneros de vida como um processo enriquecedor e causador do progresso, estava, ainda que de modo opaco,

defendendo o colonialismo francês e procurando legitimar a expressão “*missão civilizadora europeia*”, sob a qual se tentava obliterar a ação dominadora, depredatória e exploradora do expansionismo colonial. Diversos de seus conceitos serão reproduzidos em livros didáticos brasileiros.

A intenção foi demonstrar, no presente artigo, que Vidal, embora frequentemente assumisse ares de “apolítico” (o que, diga-se de passagem, não existe), foi diversas vezes claro em sua visão política. O parágrafo final de seu artigo “As regiões francesas”, de 1910, revelava uma afirmação claramente política, embora em relação à França:

O poder do Estado, exercendo-se sem intermediário sobre o departamento, é um contrassenso na vida moderna. Frente a um formalismo administrativo, para o qual toda iniciativa regional é uma usurpação, ergue-se um espírito chauvinista que tudo sujeita à sua medida. Foi-se o tempo de procurar na centralização política o segredo da força. Seria muito prudente substituir um mecanismo tenso e rígido por um organismo mais flexível, tomando da vida um pouco da força de resistência que ela concede a todas as suas criações. (LA BLACHE, 2012j, p. 274)

Crítica semelhante fez em um artigo de 1917 (*A Renovação da Vida Regional*), no qual afirmava que “*O Estado, com seus engenheiros, presta auxílio aos diferentes serviços onde os interesses regionais se confundem com aqueles da nação.*” (Idem, 2012k, p. 324) Dizia que tendia a estabelecer um hábito de auxílio entre o Estado, no caso o francês, e as organizações regionais para a execução de determinados empreendimentos. Mas, pela complexidade das demandas industrial e comercial, o Estado não estava em condições de conduzir adequadamente

[...] os empreendimentos para os quais ele deu a impulsão geral. [...]. [...]; porém, é certo que, quanto mais se avança, mais se manifesta a inaptidão do Estado à flexibilidade de combinações exigidas pelos hábitos econômicos de nossa época, sua impotência em sustentar o peso excessivo de um imenso número de empreendimentos diversos. (LA BLACHE, 2012k, p. 324)

Defendia as ações do Estado francês em suas colônias, mas não desejava a intromissão do mesmo em ações que poderiam ser realizadas por capitalistas franceses. Uma defesa do capitalismo liberal.

Vidal acabou por marginalizar, na Geografia, as preocupações e discussões teóricas globalizadoras. Na prática, pregou a observação de pequenas áreas (contrapondo o regional ao geral) onde, após o estudo dos aspectos físicos, colocar-se-iam os aspectos humanos e os econômicos. Ainda que afirmasse que não existiam limites claros entre o físico e o humano, pois se interpenetravam, a síntese

proposta era a de uma sobreposição. O estudo dos gêneros de vida, feito por ele, levou ao abandono da categoria classe social; o homem não era abordado como um integrante de uma sociedade dividida em classes e as relações sociais do grupo foram desconsideradas.

Negava a influência decisiva do meio natural e, de alguma maneira, realçava a ação humana, mas impedia a busca de causas absolutas. O método indutivo – semelhante ao usado pelas ciências da natureza – valorizava a observação direta, a realidade sensível; entretanto, assim como pregava o positivismo, limitava a explicação aos elementos visíveis. Acentuava a ação humana, mas referente à *paisagem cultural*, às obras realizadas, omitindo o fato de que a relação homem/natureza decorre das relações sociais do grupo. Desse modo, escondia sociedade, relações de trabalho, colonização de exploração etc.; ou seja, que as obras resultantes da relação homem/natureza também derivavam de um processo de produção de mercadorias segundo as relações de classe.

Durante muito tempo, a escola por ele criada dominou o pensamento geográfico francês e deu à Geografia – tanto na França quanto onde a importaram – um caráter regionalista e idiográfico, privilegiando os aspectos permanentes (a *herança*); sua escola enfatizou a descrição compartimentada, ficou alheia das grandes discussões e colaborou na mistificação dos problemas políticos.

Referências

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2ª ed. rev. Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, 1954 (1ª ed. original: Paris, 1921).

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 37-47.

_____. A zona fronteira entre a Argélia e o Marrocos conforme novos documentos. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, p. 389-399 (Artigo publicado no *Annales de Géographie* em 1897).

_____. A Conquista do Saara. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b, p. 447-454 (Publicado na seção “Notes et correspondance”, dos *Annales de Géographie*, em 1911).

_____. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana – Primeiro Artigo. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012c, p. 131-158 (Original publicado em *Annales de Géographie*, em 1911).

_____. Estados e nações da Europa em torno da França (extratos). In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012d, p. 363-388 (Livro publicado em Paris, pela Librairie Charles Delagrave, em 1889).

_____. O Contestado Franco-Brasileiro. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012e, p. 421-424 (Original publicado na seção “Notes et correspondance”, de *Annales de Géographie*, em 1901).

_____. Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012f, p. 455-463 (Capítulo XVIII, de *La France de l’Est*, publicado em Paris, no ano de 1917).

_____. A missão militar francesa no Peru. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012g, p. 425-430 (Publicado originalmente na seção “Notes de correspondance”, de *Annales de Géographie*, em 1906)

_____. A Colúmbia Britânica. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012h, p. 431-435 (Original da seção “Notes de correspondance”, de *Annales de Géographie*, em 1908)

_____. A carta internacional do mundo ao milionésimo. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012i, p. 437-445 (Original publicado em *Annales de Géographie*, em 1910)

_____. As regiões francesas. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012j, p. 245-275 (Original publicado na *Revue de Paris*, em 1910)

_____. A renovação da vida regional. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012k, p. 315-333 (Original publicado na revista *Foi et Vie. Les questions du temps présent*, em 1917)

PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, Rogério *et alii.* (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 337-362.

RIBEIRO, Guilherme. LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, a.08, nº 15, jan./abr. 2009, p. 19-28. ISSN: 1984-2201.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel *et alii*. **Para abrir as Ciências Sociais**. Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

Recebido em: 12/05/2014

Aprovado para publicação em: 19/12/2014